



**Santander Pensões, SOCIEDADE  
GESTORA DE FUNDOS DE  
PENSÕES, SA.**

**Relatório e Contas  
Ano 2016**

**Fundo de Pensões Banco  
Santander Totta, S.A.**

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name.

**RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	4
II - DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.....	22
III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.....	24
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.....	26
V - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 .....	28
1 – Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s).....	29
2 – Alterações ocorridas ao plano.....	30
3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras .....	30
4 – Regime Fiscal .....	33
5 – Inventário de Investimentos .....	35
6 – Imóveis.....	38
7 – Riscos associados à carteira de investimentos .....	40
8 – Estado e outros entes públicos (Ativo) .....	42
9 – Outras entidades (Ativo).....	43
10 – Acréscimos e Diferimentos (Ativo).....	43
11 – Acréscimos e Diferimentos (Passivo).....	43
12 – Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos .....	44
13 – Contribuições.....	44



14 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos.....	45
15 – Outras despesas .....	45
VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	46



**I - RELATÓRIO DE GESTÃO**





## Relatório do Fundo Pensões do Banco Santander Totta, S.A.

### Enquadramento Macroeconómico

#### Economia Internacional

O ano de 2016 caracterizou-se por um ritmo de crescimento moderado, em redor de 3%, e em desaceleração face a 2015, assim resultando num novo ano de expansão inferior ao inicialmente previsto. Este abrandamento da atividade esteve especialmente concentrado nas economias desenvolvidas, tanto na zona euro, como nos EUA.

Ao longo do ano, o Fundo Monetário Internacional reviu em baixa as suas projeções para o crescimento do PIB mundial, até 3,1%, na atualização de janeiro de 2017 do "World Economic Outlook". As economias desenvolvidas poderão ter crescido 1,6% (face a 2,1% em 2015), e as economias emergentes poderão ter mantido um crescimento em redor de 4,1%, apesar de claras diferenças regionais.

Crescimento Económico Mundial

	2014	2015	2016
Mundo	3,4	3,2	3,1
Países Avançados	1,9	2,1	1,6
EUA	2,4	2,6	1,6
UEM	1,1	2,0	1,7
Reino Unido	3,1	2,2	2,0
Japão	0,0	1,2	0,9
Países em Desenvolvimento	4,6	4,1	4,1
África	5,1	3,4	1,6
Ásia	6,7	6,7	6,3
China	7,3	6,9	6,7
Europa de Leste	2,8	3,7	2,9
Médio Oriente	2,7	2,5	3,8
América Latina	1,3	0,1	-0,7
Brasil	0,1	-3,8	-3,5

Fonte: FMI (janeiro de 2017)

A desaceleração esteve influenciada por um conjunto de fatores adversos, que foram afetando a confiança dos agentes económicos ao longo do ano.

Um primeiro fator foi a incerteza, logo nos primeiros meses do ano, relativamente à dinâmica de crescimento na China, que gerou inclusivamente uma fase de volatilidade acrescida nos mercados financeiros. Os receios de uma desaceleração profunda da atividade foram dissipados com os dados económicos entretanto divulgados, que revelaram também que as medidas de estímulo adotadas pelas autoridades produziram efeitos de curto prazo, com o crescimento a estabilizar acima de 6,5%.

Um segundo fator foi o referendo britânico relativo à permanência do Reino Unido na União Europeia. A votação favorável à saída, assim materializando o cenário de “Brexit”, contribuiu para manter o clima de incerteza e a volatilidade nos mercados financeiros.

O novo Governo, liderado por Theresa May, anunciou que a formalização do pedido de saída, ao abrigo do artigo 50º do Tratado da União Europeia, deveria ocorrer até ao final de março de 2017. Já em janeiro de 2017, o Parlamento votou pelo início do processo, e o Governo publicou um “Livro Branco”, onde apresentou os objetivos para o período negocial, assim como para a futura relação com a União Europeia. Em particular, o Governo pretende ter um período de transição diferenciado entre setores e que cubra o risco de não existir um pleno acordo durante o horizonte de dois anos previsto no Tratado de Lisboa.

O FMI publicou um estudo<sup>1</sup>, preliminar ao referendo, onde estimou um impacto negativo de entre 0,5pp e 1pp sobre o crescimento económico nas principais economias desenvolvidas, num período de dois a três anos, e num contexto de negociações bem-sucedidas. A economia britânica, contudo, poderia ser mais afetada, em especial devido ao maior peso dos serviços no conjunto da atividade, com um impacto de -0,9pp já no ano de 2017. Em 2016, os impactos revelaram-se menores do que o antecipado, embora apenas em 2017 o processo de “Brexit” venha a ter o seu efetivo início.

O Banco de Inglaterra, nas reuniões de 2016, manteve as taxas de juro de referência, mas sinalizou sempre dispor dos instrumentos necessários para atuar, caso os riscos adversos se materializassem e afetassem negativamente a atividade económica.

Nesse mesmo estudo, o FMI considerou que as outras economias mais afetadas poderiam ser as economias desenvolvidas, com as quais o Reino Unido tem relações comerciais e financeiras mais fortes, pelo que mesmo dentro da União Europeia os impactos poderiam ser diferenciados entre os vários países.

Para Portugal, o Reino Unido foi, nos últimos anos, um importante parceiro comercial, sendo o quarto mercado de destino das exportações de bens e serviços (sendo ao nível do turismo o principal mercado de origem). Além disso, Portugal registou com o Reino Unido o seu maior excedente comercial.

Um terceiro fator de incerteza esteve relacionado com alterações geopolíticas, onde se incluíram um progressivo foco em políticas protecionistas, em contraste com o processo de globalização que caracterizou as três últimas décadas.

Também nos EUA, a nova Administração eleita em novembro de 2016, deu orientações de revisão dos principais acordos comerciais, em vigor ou em fase final de negociação (NAFTA, TPP e TTIP), bem como das relações comerciais com a China e outros países.

---

<sup>1</sup> “United Kingdom: Selected Issues”, IMF Country Report 16/169, junho 2016

Em 2016, a economia norte-americana desacelerou, com um crescimento estimado em 1,6%, face a 2,6% no ano anterior. Esta desaceleração, e como verificado em anos anteriores, foi mais pronunciada no primeiro semestre do ano, e esteve associada a, por um lado, condições climáticas adversas, que afetaram a construção, e, por outro lado, a uma redução do investimento em infraestruturas de óleo e gás de xisto, fruto da descida dos preços do crude para níveis abaixo de 40 dólares por barril no final de 2015.

Apesar do menor crescimento económico, a criação de emprego permaneceu sustentada, com a taxa de desemprego a cair para 4,7%, o nível mais baixo desde 2007.

Fruto da conjugação dos fatores de incerteza supramencionados, a Reserva Federal dos EUA apenas retomou o ciclo de subida das taxas de juro de referência em dezembro, com uma nova subida de 25pb, para 0,75%, já que em reuniões anteriores decidiu aguardar por mais informação quanto aos impactos que esses fatores poderiam ter sobre a economia norte-americana. Nessa mesma reunião, revelou que os governadores admitiam a possibilidade de as taxas de juro de referência poderem vir a registar mais duas a três subidas durante o ano de 2017.

	PIB	Inflação
UEM	1,7	0,2
Alemanha	1,7	0,5
França	1,3	0,1
Espanha	3,2	-0,2
Itália	0,9	-0,1

Fonte: FMI (janeiro 2017)

Na zona euro, o PIB desacelerou igualmente, com um crescimento estimado de 1,7%, abaixo dos 2,0% observados em 2015. Durante o primeiro semestre, e apesar do clima de incerteza global, a zona euro manteve um ritmo de crescimento sustentado, embora diferenciado entre países, beneficiando da melhoria da procura interna, incluindo a despesa de capital.

No entanto, com as estimativas de crescimento para 2016 abaixo do crescimento potencial, e com a inflação claramente abaixo do objetivo de "próximo, mas abaixo de 2%", fruto também da evolução dos preços da energia, o Banco Central Europeu decidiu uma reformulação das medidas de estímulo à economia.

Na reunião de março, o BCE decidiu (i) descer a taxa de juro de referência para 0% e a taxa de depósito para -0,4%; (ii) ampliar o programa de aquisição de ativos financeiros para 80 milhões de euros mensais (um acréscimo mensal de 20 mil milhões); (iii) incluir dívida emitida por empresas não financeiras no leque de ativos elegíveis para o programa de "quantitative easing"; e (iv) lançar um conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO, na sigla inglesa), a quatro anos, nas quais os bancos acedem a financiamento à taxa de juro de referência, podendo posteriormente beneficiar de uma bonificação da taxa de juro, até ao valor da taxa de depósito, dependente da evolução da carteira de crédito durante o período de vida da operação. Os bancos

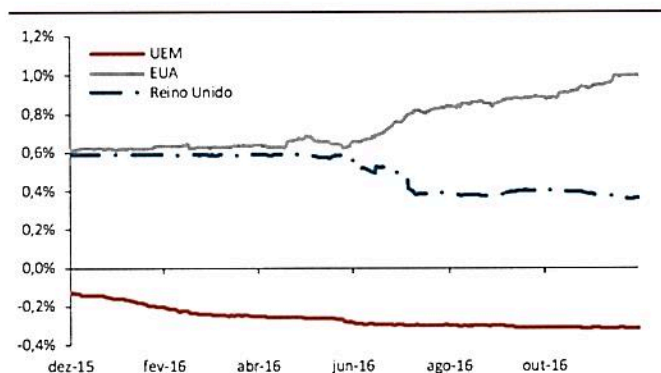




puderam, também, converter o financiamento que tinham obtido ao abrigo do anterior programa de TLTRO nesta nova modalidade.

Em consequência deste anúncio, e sua implementação, as taxas de juro da zona euro, de curto e de longo prazo, registaram um movimento de descida, que as conduziu para níveis mínimos históricos absolutos.

Taxas de Juro 3 Meses



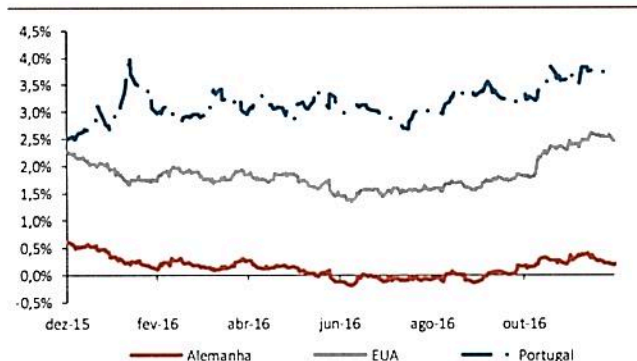
Fonte: Bloomberg

Assistiu-se, assim, a um movimento diferenciado das taxas de juro entre a zona euro (valores progressivamente mais negativos) e os EUA, onde as taxas de juro de curto prazo subiram, em consonância com a atuação da Reserva Federal. As taxas de juro britânicas reduziram-se, a partir de junho, com a mensagem pelo Banco de Inglaterra de que estaria disponível para reagir aos eventuais efeitos do Brexit sobre a economia.

Em vários países europeus, as taxas de juro de longo prazo (na maturidade dos 10 anos) entraram em terreno negativo, fruto das decisões de março do BCE.

Esta dinâmica inverteu-se no final do ano, quando se iniciou um movimento global de "repricing", que teve parte da sua génese nos EUA, em antecipação à eleição de Donald Trump e às anunciadas políticas de estímulo económico (fiscal e de investimento em infraestruturas). Na Europa, as taxas de juro de longo prazo subiram mais pronunciadamente em Espanha, devido às negociações para formação do Governo, e em Itália, em antecipação ao referendo sobre a reforma do sistema político.

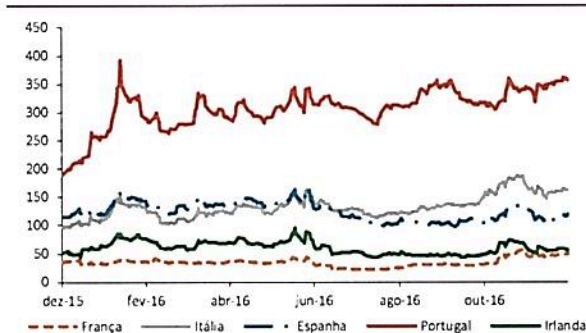
Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Estes fatores levaram a que, no final do ano, e mesmo no contexto de subida das taxas de juro na Alemanha, os spreads de crédito tivessem alargado. Portugal, contudo, registou um agravamento mais pronunciado, para níveis em redor de 350pb no final do ano, um agravamento face aos cerca de 200pb observados no início do ano. Apesar da progressiva redução do défice orçamental, a perceção de risco permaneceu sempre elevada, seja por receios de contágio da envolvente externa, seja por receios de que a notação de risco da República pudesse ser revista em baixa, o que não ocorreu.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

No mercado cambial, destacou-se a depreciação do euro, acentuada pelas revisões de política pelo BCE. No final do ano, e após as eleições presidenciais nos EUA, o euro testou mínimos desde 2002 face ao dólar, próximo dos 1,03 dólares por euro.

A libra esterlina, contudo, de entre as principais taxas de câmbio, foi a moeda que mais desvalorizou, devido à materialização do cenário de Brexit. Efetivamente, após o referendo, a libra depreciou até 0,94 libras por euro, o nível mais fraco face ao euro desde 2009. Contudo, a maior depreciação ocorreu face ao dólar, com a libra a cair para 1,2 dólares, o nível mais fraco em mais de três décadas.

A evolução dos mercados acionistas caracterizou-se por um sentimento globalmente negativo, salvo raras exceções, durante a maior parte do ano. Ainda assim, a generalidade dos índices recuperou das perdas acumuladas, encerrando o ano em linha ou acima dos níveis de fecho em 2015, quando a incerteza quanto ao ritmo de crescimento na China atingiu o seu pico.

Principais Taxas de Câmbio  
(Dez-2015 = 100)



Fonte: BCE

Nos EUA, os mercados acionistas entraram em terreno positivo no segundo trimestre do ano, fruto de dados económicos sustentados e da manutenção das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e viriam a registar uma mais forte apreciação já no quarto trimestre do ano, após a eleição de Donald Trump como 45.º Presidente dos EUA, em antecipação às medidas expansionistas (programa de infraestruturas e redução dos impostos sobre o rendimento) anunciadas durante a campanha eleitoral.

Na Europa, o sentimento permaneceu negativo, fruto também do resultado do Brexit e os receios quanto aos potenciais impactos adversos sobre as economias europeias, assim como das perspetivas de necessidade de recapitalização dos bancos europeus, em especial os italianos. Os mercados recuperaram no final do ano, apoiados por dados económicos mais favoráveis, bem como pelos efeitos de contágio oriundos dos EUA.



Em Portugal, o principal índice PSI-20 registou uma desvalorização de cerca de 12%, muito influenciada pela dinâmica do setor bancário, quer no contexto europeu de recapitalização do setor e de gestão de ativos não produtivos, em especial créditos non-performing (na aceção da Autoridade Bancária Europeia – EBA), quer no quadro específico do setor nacional, com reorganizações acionistas e pagamentos de ajudas de Estado.

Os dados económicos mais favoráveis, em especial nos últimos meses do ano, e as expetativas de políticas expansionistas (monetária na Europa e Ásia, fiscal nos EUA, por exemplo), contribuíram para uma valorização das principais matérias-primas, com especial destaque para o crude.





O preço do petróleo valorizou mais de 50%, para cerca de 56 dólares por barril, face a cerca de 35 dólares no final de 2015. Esta evolução foi influenciada, também, pelo acordo entre os produtores de petróleo para uma redução da produção, já no último trimestre do ano.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, que começou o ano em redor de 1.062 dólares por onça, valorizou continuamente até ao verão, quando atingiu os 1.375 dólares, no quadro de incerteza global. Contudo, no final do ano, a redução da aversão a risco refletiu-se numa depreciação do ouro, que fechou 2016 nos 1.123 dólares.

### **Economia Portuguesa**

O PIB cresceu 1,4% em 2016, beneficiando de uma aceleração da atividade económica já no segundo semestre do ano, que assim compensou a desaceleração iniciada em 2015 e que se estendeu pela primeira metade do ano. Contudo, a economia desacelerou face aos 1,6% observados em 2015.

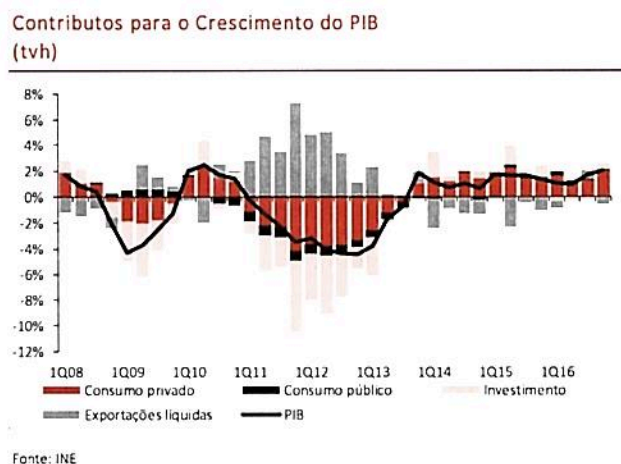
Dados Macroeconómicos

	2014	2015	2016
<b>PIB</b>	<b>0,9</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>
Consumo Privado	2,3	2,6	2,3
Consumo Público	-0,5	0,8	0,8
Investimento	5,1	4,6	-0,9
Exportações	4,3	6,1	4,4
Importações	7,8	8,2	4,4
Inflação média	-0,3	0,5	0,6
Desemprego	13,9	12,4	11,1
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,6	-3,0	-2,1
Dívida pública (% do PIB)	130,6	129,0	130,5
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,5	1,7	1,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

No primeiro semestre, o PIB cresceu a um ritmo trimestral anualizado de 1%, com a taxa homóloga a desacelerar para 0,9% nesse período. Este abrandamento foi mais marcado ao nível do investimento e das exportações, associado também ao aumento da incerteza global que caracterizou a economia mundial durante este período.





A desaceleração do investimento, prolongando uma tendência que já vinha de 2015, foi ampliada por condições climatéricas adversas que afetaram o setor da construção. Também o investimento em máquinas e equipamentos registou uma trajetória de abrandamento, com as empresas a adiarem projetos de expansão da capacidade, fruto dos sinais de desaceleração da procura externa e de níveis de utilização da capacidade instalada abaixo da média histórica.

Contudo, esta moderação do investimento não terá sido uniforme entre setores, com um reforço da despesa de capital nos setores de refinação de petróleos e automóvel (este, em preparação para a produção de um novo modelo automóvel a lançar em 2017, na AutoEuropa). O maior volume de investimento por estes setores de atividade foi anulado pela prática estagnação do investimento em construção residencial e pela forte retração do investimento público.

As exportações desaceleraram durante todo o primeiro semestre do ano, sendo especialmente afetadas por três fatores, dois dos quais relacionados com o acima mencionado relativo ao investimento. São os casos do encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, e que afetou as exportações de produtos energéticos, e a redução das exportações de material de transporte, devido à mencionada substituição de modelos automóveis produzidos na AutoEuropa, que se refletiu também nas dinâmicas de exportações para a Alemanha e China. O terceiro fator prende-se com a mais significativa redução das exportações para Angola, cuja economia atravessou um processo de ajustamento económico provocado pela descida do preço do petróleo. Em 2016, as exportações para Angola representaram menos de 4% do total, face aos cerca de 7% observados em anos transatos.

No decurso do segundo semestre, e em especial no final do ano, assistiu-se, em sintonia com a recuperação da economia global, a uma reaceleração das exportações.

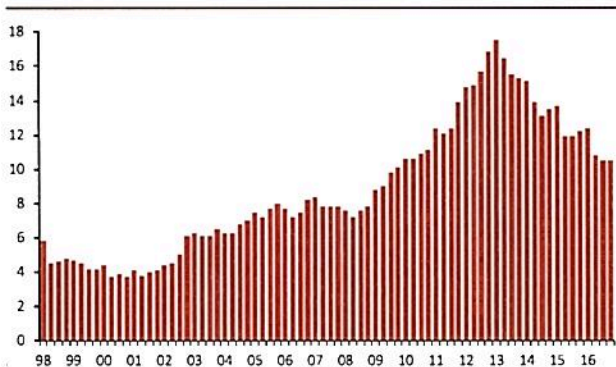
O consumo privado manteve um crescimento sustentado, embora abaixo do observado em 2015, e apesar de um impulso no primeiro trimestre, associado, por um lado, à reposição de rendimentos na Função Pública (que foi efetuada de modo gradual ao longo do ano, sendo os salários repostos ao nível de 2011 no final do ano), e, por outro, ao aumento da despesa de consumo em bens



duradouros, em especial automóveis, devido à antecipação da aquisição de viaturas fruto das alterações fiscais constantes do Orçamento do Estado para 2016, que entrou em vigor em Abril.

A descida do desemprego, para 10,5% no segundo semestre do ano (11,1% em média anual), contribuiu também para suportar a dinâmica do consumo privado.

Taxa de Desemprego (%)

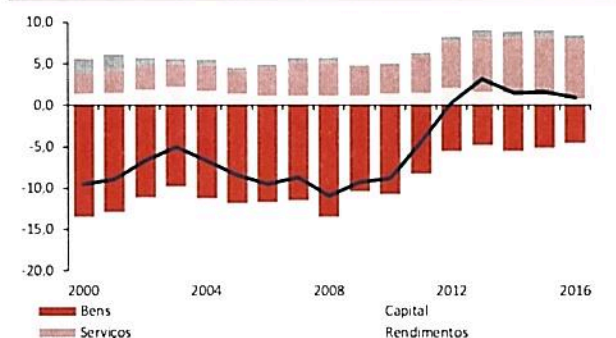


Fonte: INE

A balança corrente e de capital mantiveram um saldo excedentário, na ordem de 1,7% do PIB, em linha com o observado no ano transato, com o saldo da balança de serviços a compensar a desaceleração ligeira das exportações de bens, assim como pelo agravamento ligeiro do défice da balança de rendimentos (em linha com a subida das taxas de juro da dívida portuguesa).

A posição de investimento internacional continuou a evoluir positivamente, em linha com a melhoria do saldo externo, com uma redução da situação negativa para cerca de 103% do PIB, uma redução de cerca de 6pp face a 2015.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)

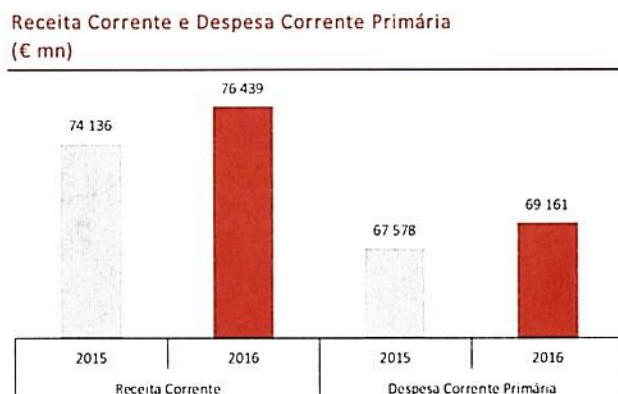


Fonte: Banco de Portugal, INE

A execução orçamental de 2016, na ótica da contabilidade nacional, terá registado um défice de 2,1% do PIB, abaixo dos 2,5% acordados com a Comissão Europeia e dos 2,2% constantes do Orçamento do Estado. A execução orçamental esteve impactada por fatores pontuais, entre as quais as receitas

do PERES – programa de regularização de pagamentos ao Estado, bem como por reduções da despesa corrente primária e de investimento, para compensar um menor crescimento da receita fiscal e o aumento da despesa com pessoal.

A receita fiscal, para o conjunto das Administrações Públicas, cresceu 2,4% em 2016, sendo que a receita de impostos diretos contraiu 2,1%, devido à redução da sobretaxa em sede de IRS, e apesar da recuperação da receita de IRC, no âmbito do PERES. Ao nível dos impostos indiretos, a receita subiu 6,6%, beneficiando da dinâmica do ISP, já que a receita de IVA cresceu de forma mais moderada.



Fonte: Ministério das Finanças

A despesa corrente primária cresceu 2,3%, com o aumento dos encargos com pessoal (+3,1%) a serem compensados por um maior controlo da despesa com outros bens e serviços (+0,7%), e, ao nível da despesa total, pela redução da despesa de capital (-5,2%).

A notação de risco da República permaneceu inalterada, com as principais agências a reafirmarem as notações de risco, de speculative grade pela S&P Global, Moody's e Fitch, e de investment grade, pela DBRS.

Durante o ano, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e focou na diversificação das fontes de financiamento, com o lançamento de um novo produto de retalho, as Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável – OTRV, com uma remuneração correspondente à taxa Euribor 6 meses adicionada de um spread de 2,05%. Durante o ano, o Tesouro emitiu 3,5 mil milhões de euros neste produto, a que acresceram 3,5 mil milhões em Certificados do Tesouro e de Aforro, embora nos últimos meses do ano, e fruto da menor remuneração, tivesse havido já resgates líquidos de Certificados de Aforro. O Tesouro amortizou, também, uma nova tranche dos empréstimos do FMI, no montante de 4,5 mil milhões de euros.

O setor financeiro português, em 2016, prosseguiu os vários processos de reestruturação, incluindo recapitalização e redefinição da estrutura acionista por parte de algumas instituições. No final do ano, o Banco de Portugal comunicou que o Fundo de Resolução iria prosseguir as negociações para a

venda do Novo Banco. A setembro de 2016, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o setor tinha um rácio CET1 de 12,3%.

A evolução dos volumes de crédito caracterizou-se, um ano mais, pelo aumento dos volumes de nova produção, ao nível do crédito a particulares, mas em simultâneo pela continuação da redução do stock de crédito. Esta dinâmica é habitual em períodos de reestruturação, enquadrada também no processo de desalavancagem pelo setor privado da economia. O rácio crédito/depósitos reduziu-se para 101,1%, a setembro.

A nova produção de crédito hipotecário aumentou 44% face ao ano transato, embora o stock de crédito hipotecário se tenha reduzido em cerca de 3%. O crédito ao consumo e outros fins registou um crescimento de quase 8% ao nível da nova produção, e um crescimento de 6% em termos de stock. O crédito a empresas, contudo, e no contexto de reduzido investimento, registou uma redução de 12% ao nível da nova produção, e de 6% em termos de stock. Houve, a este nível, também um aumento do ritmo de write-offs, que contribuiu para a redução da carteira de crédito.

### **Política de investimento**

A carteira de valores do Fundo será constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez e dela farão parte um conjunto diversificado de aplicações, designadamente, acções, obrigações diversas, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo será orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a acções ou a obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados.

As aplicações do Fundo serão realizadas com maior incidência na classe de obrigações. Esta classe abrange os títulos de dívida pública ou privada, de taxa fixa ou de taxa variável, obrigações indexadas à inflação, títulos de participação e outros instrumentos representativos de dívida, bem como as unidades de participação em organismos de investimento coletivo que detém, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações. Tendo a Sociedade Gestora como objetivo selecionar os emittentes de acordo com certos padrões de risco.

Assim:

- O investimento em obrigações de emittentes de mercados emergentes, não deverá ser superior a 5% do valor do fundo e será preferencialmente denominado em Euros;
- O investimento em obrigações diversas deverá seguir a prudência adequada ao perfil do fundo. No caso de emittentes internacionais serão privilegiados os com notação de risco mínima de BBB- (investment grade) e, no caso de emittentes nacionais, serão



privilegiadas, designadamente, empresas cotadas, grandes empresas ou empresas participadas pelo Estado.

- As emissões internacionais com rating inferior a BBB-, não deverão exceder 15% do valor global do Fundo.
- Para notas estruturadas emitidas sem rating será considerado o rating do subjacente. No caso de notas colateralizadas será considerado o rating mínimo entre o colateral e o ativo subjacente. No caso de um cabaz de subjacentes será considerado o rating médio ponderado.

A classe de ações engloba o investimento entre ações, organismos de investimento coletivo que detêm, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em ações, obrigações convertíveis ou que confirmam o direito à subscrição de ações, futuros, nomeadamente sobre ações ou índices de ações, warrants autónomos e opções.

O investimento nos referidos contratos de futuros e de opções, em termos de exposição ao risco, tomando por base o valor nocional dos contratos no caso do primeiro, e pelo delta, no caso dos segundos, não poderá ser superior à prevista se o investimento fosse efetuado diretamente nos mercados acionistas.

A Liquidez contempla o numerário, os depósitos bancários e outros ativos de natureza monetária, e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo, nomeadamente os bilhetes do Tesouro, certificados de depósito e papel comercial.

O Imobiliário compreende as aplicações em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários e de empréstimos aos participantes do Fundo, ações de sociedades imobiliárias e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário. O investimento em cativos imobiliários diretos não poderá representar mais de 10% do património do fundo.

Os terrenos e edifícios detidos pelo Fundo não podem ser de exploração industrial nem ter uma vocação de tal forma específica que torne difícil a sua venda pelo fundo.

O fundo poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário, incluindo fundos geridos por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade gestora.

No final do período em análise, o Fundo de Pensões do Banco Santander Tota, S.A., tal como definido na sua política de investimento e com o objetivo de apresentar uma carteira conservadora, apresentava uma carteira diversificada, composta por Obrigações de Taxa Indexada e de Taxa Fixa (cerca de 46% do total dos ativos do Fundo), Imobiliário (indicativamente, cerca de 24% do Fundo), e por uma componente de maior risco (classe acionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) que representava, indicativamente, 19% da carteira, sendo o restante composto por disponibilidades e outros ativos.



Em 31 de Dezembro de 2016 não se encontrava a ser cumprido o seguinte limite de Associados Santander Totta, justificada com a entrada da dotação de final do ano, efetuada pelo BST, de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº4/205, o qual determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal ativo.

	Limite Máximo	Limite a 31.12.2016
Limite de Associados Santander Totta	5%	6,15%

Este limite foi regularizado no dia 4 de janeiro de 2017

### **Benchmark**

De acordo com a política de investimento, serão definidos, para cada classe de ativos, os seguintes benchmarks e limites de investimento:

Classe de ativos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
Liquidez	5	0-15
Imobiliário	15	0-25
Investimento direto em imobiliário		0-10
Obrigações	65	40-95
Commodities	0	0-5
Ações	15	0-20
Alternativos	0	0-10

### **Evolução dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto**

- Risco de Rendimento:
  - O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
  - O fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.
- Risco de Crédito
  - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
- Risco de Taxa de Juro:



- Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.
- Risco Financeiro
  - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.
- Risco Liquidez
  - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
- Risco Fiscal
  - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos fundo.
- Risco de conflitos de interesse
  - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

#### **Gestão dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto**

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:



Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.

Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.

Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.

Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da modified duration do fundo.

Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.

Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

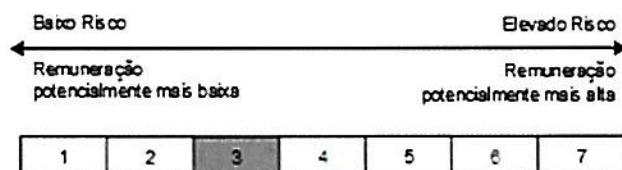
### **Performance**

Em 2016 a rentabilidade e o risco do Fundo foi a seguinte:

<b>Ano</b>	<b>Rendibilidade</b>	<b>Risco</b>	<b>Classe de Risco</b>
2010	-1,91%	9,43%	4
2011	-21,24%	14,66%	5
2012	7,64%	4,22%	3
2013	5,59%	3,99%	3
2014	3,54%	4,87%	3
2015	4,34%	5,18%	4
2016	2.17%	4.33%	3

Nota: As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).





### **Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes**

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo

### **Evolução dos ativos sob gestão**

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2016, era de 932 464 552,76€.

### **Valor da quota-parte do Fundo afeta**

O valor total da carteira do Fundo é afeto ao Banco Santander Totta, S.A.

### **Valor atual das responsabilidades passadas**

O valor atual das responsabilidades passadas obtidas pelo cenário de financiamento era de 908 335 000,00€.

### **Nível de cobertura das responsabilidades passadas**

O nível de cobertura das responsabilidades passadas identificadas no ponto anterior era de 102.70%.

### **Outras informações**

Em 2016 foi aprovado o novo ACT, publicado no BTE nº 29 de 8 de agosto de 2016. Este acordo estabelece um novo benefício de reforma, prémio de carreira (clausula 74º), em que todos os participantes do plano de benefício definido ou plano de contribuição definida são elegíveis para o recebimento do benefício no momento de passagem à reforma por invalidez, invalidez presumível ou sobrevivência. Em 2016 foi efetuada uma contribuição de 8 082 000 euros para efeitos da nova realidade a ser coberta pelo fundo de pensões, sendo vontade do associado solicitar aprovação à ASF, em 2017, para alteração do contrato constitutivo para que seja possível incluir o financiamento deste novo benefício através do Fundo de Pensões.

Assinaturas manuscritas em tinta preta, uma no topo e uma no fundo da página.



**Eventos relevantes do exercício**

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 23 de Março de 2017



**II - DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**



**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA REFERENTE AO PERÍODO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	31.12.2016	31.12.2015
	<b>ACTIVO</b>		
	<b>Investimentos</b>		
6	Terrenos e edifícios	51 763 037	52 578 739
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	385 503 295	423 726 998
5	Títulos de dívida Pública	204 411 079	216 846 044
5	Outros títulos de dívida	191 858 414	163 696 967
	Empréstimos concedidos	-	-
	Numerário, depósitos em inst. crédito e apl. MMI	56 112 986	25 612 661
5	Outras aplicações	17 949 409	25 163 571
	<b>Outros activos</b>		
	Devedores	-	-
	Entidade gestora	-	-
8	Estado e outros entes públicos	19 734 203	340 692
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
9	Outras entidades	2 381 499	1 833 196
10	Acréscimos e diferimentos	4 727 375	6 052 544
	<b>TOTAL ACTIVOS</b>	<b>934 441 297</b>	<b>915 851 411</b>
	<b>PASSIVO</b>		
	<b>Credores</b>		
	Entidade gestora	539 265	413 941
	Estado e outros entes públicos	21 287	143 608
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
	Outras entidades	501 936	1 033 044
11	Acréscimos e diferimentos	914 255	56 908
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>1 976 744</b>	<b>1 647 500</b>
<b>VALOR DO FUNDO</b>		<b>932 464 553</b>	<b>914 203 911</b>
<b>VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO</b>		<b>7,5008</b>	<b>7,3405</b>



**III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER  
TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

<b>Notas</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
13	Contribuições	40 057 861	4 305 649
14	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(41 026 955)	(40 094 970)
12	Ganhos líquidos dos investimentos	2 077 205	20 187 689
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	20 524 506	22 362 585
	Outros rendimentos e ganhos	523 382	261 051
15	Outras despesas	(3 895 357)	(3 398 361)
	<b>Resultado líquido</b>	<b>18 260 642</b>	<b>3 623 642</b>



**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Contribuições		
Contribuições dos associados	37.707.000	1.943.000
Contribuições dos participantes/beneficiários	2.350.861	3.326.473
Transferências		
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões pagas	(33.875.518)	(34.011.993)
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		
Capitais vencidos (Remições/Vencimentos)		
Transferências		
Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(7.151.437)	(7.046.802)
Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	(1.323.584)	(1.248.863)
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	522.373	(1.542.757)
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do		
Reembolsos fora das situações legalmente previstas		
Devolução por excesso de financiamento		
Remunerações		
Remunerações de gestão	(1.725.237)	
Remunerações de depósito e guarda de títulos		
Outros rendimentos e ganhos		261.051
Outras despesas	(198.657)	(256.287)
<b>Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais</b>	<b>(3.694.199)</b>	<b>(38.576.177)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Recebimentos		
Alienação/reembolso dos investimentos	194.793.597	273.690.712
Rendimentos dos investimentos	21.854.273	23.670.520
Pagamentos		
Aquisição de investimentos	(181.366.280)	(328.212.308)
Comissões de transacção e mediação	(130.979)	(105.652)
Outros gastos com investimentos	(603.927)	(397.315)
<b>Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento</b>	<b>34.546.685</b>	<b>(31.354.044)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>	<b>30.852.486</b>	<b>(69.930.220)</b>
<b>Efeitos de alterações de taxa de câmbio</b>	<b>(352.160)</b>	<b>180.835</b>
<b>Caixa no início do período de reporte</b>	<b>25.612.661</b>	<b>95.362.046</b>
<b>Caixa no fim do período de reporte</b>	<b>56.112.986</b>	<b>25.612.661</b>



**V - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**





**V – NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

**1 – Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s)**

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, adiante designado por Fundo, foi constituído em 30 de dezembro de 1988 e tem como Sociedade Gestora o Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O plano de Pensões de Benefício Definido dos colaboradores do Banco Santander Totta, segue o estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). O plano de Pensões do Banco Santander Totta não é um plano contributivo, uma vez que as contribuições efetuadas decorrem do estabelecido no ACT.

As principais regras que regem o Fundo são as seguintes:

- Elegibilidade: Todos os funcionários que pertençam ao quadro de pessoal efetivo - admitidos no sector bancário;
- Coberturas: Invalidez, invalidez presumível e sobrevivência;
- Tempo de serviço pensionável: Número de anos e meses ao serviço da banca;
- Salário pensionável: Última retribuição mensal que inclui o vencimento base e diuturnidades;
- Pensão de invalidez e invalidez presumível: Calculada de acordo com o estabelecido no ACT, mas considerando os períodos e percentagens fixadas no Anexo IV do ACT aplicáveis ao salário pensionável (sem diuturnidades). As diuturnidades serão posteriormente adicionadas à pensão nos mesmos termos em que são calculadas no ACT;
- Pensão de sobrevivência: Em caso de morte do participante enquanto ativo, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades); Em caso de morte de um reformado a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades) a que o reformado teria direito se tivesse ativo, na data da morte;
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos de acordo com a cláusula 140º do ACT do Sector Bancário;
- A atualização das pensões é efetuada por decisão do Banco Santander Totta e com referência ao estipulado na tabela ACT. O associado assume o pagamento de qualquer contribuição extraordinária para fazer face à referida atualização de pensões;
- SAMS – O associado efetua a contribuição por beneficiário de acordo com a sua situação e em função do estabelecido no Anexo VI do ACT, para o SAMS, entidade

autónoma gerida pelo Sindicato (de acordo com BTE nº 29 de 8 de agosto de 2016, que alterou o anterior valor de 6,5% sobre os salários e pensões dos beneficiários elegíveis);

- Subsídio por morte: O subsídio por morte segue o estipulado no regime geral da Segurança Social (equivalente a três indexantes de Apoios Sociais IAS), ou igual à importância mensalmente recebida pelo falecido, a título de retribuição mensal efetiva, ou subsídio de doença ou pensão, conforme o que se mostre, no caso concreto, mais favorável ao beneficiário).

## **2 – Alterações ocorridas ao plano**

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários que se encontravam no ativo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de março de 2009, passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

No final de 2011, o Banco acordou com o Governo a transferência para o Estado de responsabilidades associadas a pensões em pagamento, conforme estabelecido no Decreto-Lei 127/2011, de 31 de dezembro. De acordo com a referida legislação, apenas foram transferidas para o Estado as responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo, constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário (o que decorre da aplicação do ACT do Sector Bancário).

O Banco, através do seu Fundo de Pensões, mantém a responsabilidade por possíveis atualizações futuras do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões e reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social. Também o pagamento de pensões de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador, mantém-se como responsabilidade do Fundo, assim como a pensão de sobrevivência devida a familiar do atual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de janeiro de 2012.

As alterações ocorridas no fundo do BST em 2016 são as que decorrem do acompanhamento das alterações do Acordo Coletivo de Trabalho do sector bancário publicado no BTE nº 29, de 8 de agosto de 2016.

## **3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras**

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º12/95 – R de 6 de julho de 1995 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 – R de 7 de maio de 2002, 8/2002 – R de 7 de maio de 2002, 10/2002 – R de 7 de maio de 2002

e 7/2007 – R de 17 de maio de 2007, as quais preveem os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Os valores contabilizados em Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas aniversárias consecutivas, que correspondem a 31 de dezembro de cada ano;
- Os saldos das contas de Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data aniversária;
- As contribuições a contabilizar na respetiva conta de Acréscimos ao valor do Fundo devem ser as efetivamente recebidas;
- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;
- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efetuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo;
- Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

### **Carteira de títulos**

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

A avaliação dos ativos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R de 28 de junho de 2007, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida.



- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades:

(a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.

- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação será procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

### **Terrenos e Edifícios**

O justo valor de cada terreno ou edifício é obtido através de uma avaliação separada efetuada por um perito independente. A avaliação dos terrenos ou edifícios é efetuada: a) anteriormente à entrada do respectivo terreno ou edifício para o património do fundo de pensões; c) pelo menos uma vez em cada três anos, para os terrenos ou edifícios pertencentes ao património dos fundos de pensões fechados.

### **Operações com contratos de “Futuros”**

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos ou Perdas em operações financeiras”.

A margem inicial é registada na rubrica “Outras contas de devedores”. Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do ativo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

### **Operações em moeda estrangeira**

Os ativos em moeda estrangeira são convertidos em Euros com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial registados como proveitos e custos do exercício, respetivamente.



#### 4 – Regime Fiscal

##### Em sede de IRC

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transações, conforme definido pelo Art.º16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efetuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;
- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

##### Em sede de IVA

- Rendimentos Prediais – Isenção dos termos n.º29 do artigo 9.º do CIVA (possibilidade de renúncia à isenção de IVA).
- Juros e outras operações financeiras – isenção nos termos n.º27 do artigo 9.º do CIVA.
- Dividendos – Não tributados.

##### Em sede de IMT

- Estão isentas de IMT as aquisições de imóveis dos Fundos de Pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional (artigo 16.º, nº 2 do EBF).

##### Em sede de IMI

- Os prédios integrados em Fundos de Pensões constituídos de acordo com a legislação nacional não beneficiam de qualquer isenção ou redução em relação às taxas de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), na sequência da revogação do artigo 49º do EBF efetuada pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (OE 2016).

##### Em sede de Imposto de Selo

- As comissões de gestão e de depósito pagas pelos Fundos de Pensões passaram a estar sujeitas a imposto de selo (Verba 17.3.4 da TGIS) à taxa de 4%, na sequência da entrada em vigor da Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março (OE 2016).



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'S' followed by a vertical line and a small dot at the bottom.

## 5 – Inventário de Investimentos

A carteira do Fundo apresenta em 31 de dezembro de 2016 um total de 799 722 197 euros, os quais incorporavam o valor de juros decorridos referentes a títulos de dívida e papel comercial no valor de 4 726 912 euros e a juros de depósitos a prazo no valor de 458 euros.

A carteira de investimentos em ativos decompunha-se da seguinte forma:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
<b>Instrumentos de capital e Unid. participação</b>					
<b>Acções</b>					
Mota Engil	1 408 353	-	(230 458)	1 177 895	-
B.Santander Totta SA	112 506	-	-	112 506	-
BASF	1 414 400	351 800	-	1 766 200	-
Philips Electron. NV	929 831	230 169	-	1 160 000	-
Total StkB	1 650 600	298 200	-	1 948 800	-
SANOFI - AVENTIS	1 572 000	-	(34 000)	1 538 000	-
AXA	2 523 000	-	(124 500)	2 398 500	-
Vinci SA	2 365 600	222 400	-	2 588 000	-
B. Nationale Paris	1 410 210	224 640	-	1 634 850	-
France Telecom	1 366 285	77 215	-	1 443 500	-
Securitas AB-B SHS	2 449 621	252 499	-	2 702 120	-
Royal Dutch Shell-A	1 265 700	293 400	-	1 559 100	-
Aviva Plc	1 808 031	-	(103 717)	1 704 315	-
British A Tobacco	1 321 334	298 010	-	1 619 344	-
ENI IM	1 242 000	150 300	-	1 392 300	-
IMPERIAL TOBACCO	2 094 478	-	(25 696)	2 068 782	-
HSBC Holdings PLC	1 252 540	281 950	-	1 534 490	-
Deutsche Post Ag-Reg	1 557 300	316 800	-	1 874 100	-
Siemens AG Reg	1 797 600	538 400	-	2 336 000	-
Allianz SE	1 962 600	-	(78 600)	1 884 000	-
ZURICH INSU GROUP AG	1 402 805	119 434	-	1 522 239	-
Roche Holding Genuss	1 801 658	-	(285 501)	1 516 156	-
ABB LTD	1 170 686	229 444	-	1 400 130	-
NESTLE SA - Resgist	1 388 397	-	(27 936)	1 360 462	-
	<b>37 267 535</b>	<b>3 884 662</b>	<b>(910 407)</b>	<b>40 241 790</b>	-
<b>Fundos Investimento Mobiliário</b>					
Luso Carbon Fund	609 492	-	(86 777)	522 715	-
Sant.Acções Europa	15 581 243	1 045 812	-	16 627 055	-
Multicrédito	14 318 958	172 006	-	14 490 964	-
Sant.Acções Portugal	5 322 090	-	(385 037)	4 937 053	-
F-HITEC	326 150	-	(475)	325 675	-
Fundo Bem Comum, FCR	217 000	-	-	217 000	-
Explorer - II	1 688 177	27 600	-	1 715 777	-
Explorer - III CL B	6 596 505	7 134 327	-	13 730 832	-
BlackstoneGSO Eur	12 000 000	519 600	-	12 519 600	-
SANTANDER EUR BOND	11 987 535	355 948	-	12 343 483	-
ISHARES SP500 AMST	27 255 485	1 447 046	-	28 702 531	-
Ishares Euro Stoxx50	45 682 650	-	(54 800)	45 627 850	-
Lyxor ETF S&P 500	10 477 599	343 901	-	10 821 500	-
PVCi	1 696 867	-	(5)	1 696 862	-
Altamar PE VIII FCR	2 375 000	138 700	-	2 513 700	-
TII C	2 681 560	324 520	-	3 006 080	-
S SMALL CAPS FUND	3 368 085	172 141	-	3 540 225	-
	<b>162 184 394</b>	<b>11 681 602</b>	<b>(527 094)</b>	<b>173 338 902</b>	-



Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
<b>Instrumentos de capital e Unid. participação</b>					
Fundos de Investimentos Imobiliário					
FII - Imosocial	21 162 001	-	(521 508)	20 640 493	
FIIF Imosaúde	4 416 183	432 783	-	4 848 965	
Fundo Lusimovest	59 145 004	1 456 758	-	60 601 763	
Logística e Distrib.	5 234 279	-	(991 396)	4 242 883	
ImoRecuperação	6 214 820	24 894	-	6 239 714	
Novimovest Up Bruta	49 458 078	1 174 078	-	50 632 155	
Vision Escritórios	2 835 663	53 761	-	2 889 425	
F.I.Imob. Maxirent	14 336 975	364 771	-	14 701 746	
Ibéria FEI Imobiliár	80	-	(0)	80	
PREFF Real Estate C	6 938 671	186 710	-	7 125 381	
	<b>169 741 753</b>	<b>3 693 755</b>	<b>(1 512 904)</b>	<b>171 922 604</b>	<b>-</b>
<b>Total Instrumentos de capital e Unid. Participação</b>					
	<b>369 193 682</b>	<b>19 260 018</b>	<b>(2 950 405)</b>	<b>385 503 295</b>	<b>-</b>
<b>Titulos da Dívida</b>					
Titulos de Dívida Pública					
PGB 2.875% 15/10/25	2 054 200	-	(155 920)	1 898 280	12 288
PGB 4.75% 14/06/2019	3 414 600	-	(112 980)	3 301 620	78 473
OT 4.8% 15/06/2020	31 346 730	-	(1 247 130)	30 099 600	710 137
PGB 4.95% 25/10/2023	17 570 763	-	(1 205 694)	16 365 069	135 562
PGB5 5.65% 15/2/24	12 388 000	-	(942 400)	11 445 600	495 533
SPGB 2.75% 31/10/24	13 636 375	401 875	-	14 038 250	58 390
SPGB 4.4% 31/10/23	5 433 179	-	(121 088)	5 312 091	32 138
SPGB 5.15% 31/10/44	5 907 600	125 600	-	6 033 200	34 992
SPGB 1.95% 30/7/30	4 523 394	272 117	-	4 795 511	39 168
SPGB 1.95 30/4/26	9 173 625	-	(227 035)	8 946 590	111 711
SPGB 0.25 31/1/19	5 041 600	3 800	-	5 045 400	11 646
SPGB 0.75 30/7/21	7 207 340	-	(57 960)	7 149 380	22 295
BTPS 4.25 1/2/19	15 837 335	-	(78 445)	15 758 890	256 213
BTPS 4.5% 1/5/23	8 624 420	-	(165 620)	8 458 800	53 080
BTPS 3.5% 1/6/18	8 329 167	-	(230 769)	8 098 398	22 952
BTPS 3.75% 1/9/24	8 306 900	-	(134 260)	8 172 640	88 467
BTPS 2% 1/12/25	10 373 300	-	(110 200)	10 263 100	17 033
BTPS 1.45% 15/9/22	20 526 000	99 400	-	20 625 400	86 519
BTPS 0.35 1/11/21	6 901 370	14 420	-	6 915 790	4 128
FADE 5.9% 17/03/2021	11 827 405	-	(139 935)	11 687 470	445 329
	<b>208 423 303</b>	<b>917 212</b>	<b>(4 929 436)</b>	<b>204 411 079</b>	<b>2 716 054</b>
Outros titulos de Dívida					
GALP 1.375 19/9/23	7 463 775	-	(29 475)	7 434 300	29 384
Parpub 3,75% 07/21	17 796 620	-	(406 300)	17 390 320	314 384
GALP 4,125% 25/1/19	2 099 980	32 820	-	2 132 800	77 090
SAUDCR FLOAT 3/7/17	2 713 500	-	(9 504)	2 703 996	38 295
Somec/94	-	-	-	-	-
Somec/92	-	-	-	-	-
BRCORO 6.875% 04/18	4 542 000	-	(212 800)	4 329 200	206 438
Axa 3.75% 1/1/17	10 314 025	-	(49 513)	10 264 512	-
REN 2.5% 12/2/25	1 957 100	127 500	-	2 084 600	44 384
MLFP 0 01/01/17	6 522 610	3 510	-	6 526 120	-
COFP 4,87% 31/1/49	446 250	28 750	-	475 000	22 415
BV3,125% 21/1/21	1 063 080	22 230	-	1 085 310	29 623
NEOFP 2,5% 06/2021	3 899 490	132 510	-	4 032 000	55 233
KERFP 0.875% 28/3/22	2 809 085	135 430	-	2 944 515	19 396
CAP float 2/7/18	1 709 877	867	-	1 710 744	2 333
BVIFP 1.25% 7/9/23	793 632	4 680	-	798 312	3 178
POPSM 2,5% 1/2/17	3 558 625	-	(54 530)	3 504 095	80 089
MTNA 3% 25/3/19	4 347 500	911 750	-	5 259 250	115 890
EDP 2,625% 15/4/19	3 569 533	46 124	-	3 615 658	64 852
SONPL 1.625% 11/6/19	7 761 000	-	(302 250)	7 458 750	7 292
SWFP 1.75% 24/1/22	3 106 200	89 100	-	3 195 300	49 201
EDP 2.625% 18/1/22	10 709 613	673 308	-	11 382 921	268 580
ISP 1.125% 4/3/22	10 516 488	333 302	-	10 849 789	101 095
FERSM0.375 14/9/22	4 391 156	-	(105 116)	4 286 040	4 927



Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
<b>Títulos da Dívida</b>					
Outros títulos de Dívida					
CNGEST 1.68% 26/2/25	950 210	67 790	-	1 018 000	14 230
REN 4.75% 16/10/20	1 887 435	8 745	-	1 896 180	16 534
UBS 4,75% 12/2/2026	2 974 838	17 438	-	2 992 275	117 432
AMX0 28/5/20	11 114 700	-	(448 110)	10 666 590	-
BBVA4.592 Perp 09/16	20 922 648	-	(2 082 898)	18 839 750	11 479
RENEPL 01/06/23	9 953 700	271 300	-	10 225 000	102 603
INDDEN 1.875 27/2/17	7 051 700	40 140	-	7 091 840	11 147
EDP 4.875% 14/9/20	8 368 500	190 875	-	8 559 375	109 187
ASML 3.375% 19/9/23	3 366 330	126 240	-	3 492 570	28 849
CABK 5% 14/11/23	3 550 960	12 342	-	3 563 302	22 356
CAIXAB 1 25/11/17	9 936 450	113 550	-	10 050 000	10 221
	<b>192 168 609</b>	<b>3 390 300</b>	<b>(3 700 495)</b>	<b>191 858 414</b>	<b>1 978 118</b>
<b>Total de Títulos de Dívida</b>	<b>400 591 911</b>	<b>4 307 512</b>	<b>(8 629 931)</b>	<b>396 269 492</b>	<b>4 694 172</b>
<b>Outras Aplicações</b>					
Papel Comercial					
PC ACS 1.02% 4/4/17	3 960 056	-	-	3 960 056	29 509
PcAciona 0.71 11/17	2 978 792	-	-	2 978 792	3 231
	<b>6 938 848</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 938 848</b>	<b>32 740</b>
Outros					
Xenon Capital 12/44	8 276 000	2 220 000	-	10 496 000	-
Carteira Alternativa	1 146 100	536	-	1 146 636	-
Amaranth Int.Ltd.-A	13 228	238	-	13 467	-
Lux Invest Plus - B	0	-	(0)	0	-
Kingstreet S Ser 13	4	-	0	4	-
Kingstreet S Ser 14	7	-	(0)	7	-
King Street Cl S s20	13	5	-	18	-
King Street Cl S s18	11	-	(0)	10	-
	<b>9 435 363</b>	<b>2 220 779</b>	<b>(0)</b>	<b>11 656 142</b>	<b>-</b>
Derivados - Opções					
CALL ROG C280 mar17	(45 498)	41 456	-	(4 041)	-
Call NESN C78 jun17	(33 709)	16 575	-	(17 134)	-
Call sie c105 mar17	(62 540)	-	(168 260)	(230 800)	-
CALL ABBN c22 jun17	(33 336)	-	(14 248)	(47 584)	-
Philips c25 jun17	(56 316)	-	(116 884)	(173 200)	-
CALL TAB c5100 mar17	(56 063)	49 230	-	(6 833)	-
CALL HSBA C600 JUN17	(46 719)	-	(92 270)	(138 989)	-
CALL ROY c28 jun17	(22 800)	-	(4 200)	(27 000)	-
	<b>(356 980)</b>	<b>107 262</b>	<b>(395 862)</b>	<b>(645 581)</b>	<b>-</b>
<b>Total outras aplicações</b>	<b>16 017 231</b>	<b>2 328 041</b>	<b>(395 863)</b>	<b>17 949 409</b>	<b>32 740</b>
<b>TOTAL CARTEIRA DE TÍTULOS</b>	<b>785 802 824</b>	<b>25 895 571</b>	<b>(11 976 199)</b>	<b>799 722 197</b>	<b>4 726 912</b>

O valor apresentado correspondente às mais e menos valias potenciais dos títulos em carteira e respeitam à diferença entre o valor de cotação a 31 de dezembro de 2016 e:

- o valor pelo qual se encontrava contabilizado à data de 31 de dezembro de 2015 (valor de cotação do ano anterior), no caso de títulos já detidos no ano anterior ou;
- o respetivo valor de aquisição, no caso de títulos adquiridos durante o período de 2016.

No exercício de 2013 a entidade gestora do Fundo decidiu registar uma perda por imparidade adicional incidente sobre as unidades de participação de fundos de investimento imobiliário no valor de cerca de 7 123 119 euros, a qual tem vindo a ser revertida parcialmente nos exercícios de 2014 (3 950 178 euros), 2015 (1 100 000 euros) e em 2016 (1 272 941 euros). A perda por imparidade registada no balanço em 31 de dezembro de 2016 cifra-se em 800 000 euros.

*Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016*

**6 – Imóveis**

O Fundo detém, na sua carteira de investimentos, imóveis avaliados em 51 763 037 euros.

Durante o exercício de 2016, foi registada uma menos valia decorrente do registo do valor de mercado dos imóveis tendo em consideração as avaliações realizadas durante o exercício de 2016 no valor global de cerca de 567 702 euros (1 371 371 euros referentes a menos valias e 803 669 euros referentes a mais valias), conforme se discrimina de seguida:

Menos valias geradas

<b>Imóvel</b>	<b>Valor 31.12.2016</b>	<b>Valor 31.12.2015</b>	<b>Menos valia avaliação</b>
Cacia (Porto)	210 700	212 950	(2 250)
Paredes Fracção A	230 600	272 700	(42 100)
Paredes Fracção B	56 300	65 300	(9 000)
Av.João Crisóstomo C	454 290	609 231	(154 941)
Av.João Crisóstomo B	285 000	408 184	(123 184)
Loja em Aveiro	202 500	234 200	(31 700)
B. Amarante Frac A	195 300	263 100	(67 800)
B. Amarante Frac B	164 500	193 800	(29 300)
Loja Pombal Frac B	188 775	200 000	(11 225)
Loja 4 Portimão Fr D	62 228	64 484	(2 256)
Loja 5 Portimão Fr E	253 355	262 543	(9 188)
Castelo da Maia	355 000	411 100	(56 100)
CTT-R.Alportel/R.Sol	4 325 184	4 469 614	(144 430)
CTT-Av.Casal Ribeiro	11 127 900	11 803 396	(675 496)
Loja Costa de Caparica	163 000	175 400	(12 400)
<b>TOTAL</b>	<b>18 274 632</b>	<b>19 646 003</b>	<b>(1 371 371)</b>

Mais valias geradas

<b>Imóvel</b>	<b>Valor 31.12.2016</b>	<b>Valor 31.12.2015</b>	<b>Mais valia avaliação</b>
Edif. Olhão	124 507	122 038	2 469
CTT-Pr. H. Delgado	17 850 000	17 048 800	801 200
<b>TOTAL</b>	<b>17 974 507</b>	<b>17 170 838</b>	<b>803 669</b>

No exercício de 2016 o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta alienou 2 imóveis (abaixo identificados), os quais geraram uma mais valia líquida de cerca de 2 000 euros, conforme se apresenta:

Imóvel	Valor da alienação	Valor em Balanço	Valia alienação
Leiria Fracção B	110 000	108 000	2 000
Leiria Fracção C	140 000	140 000	-
<b>TOTAL</b>	<b>250 000</b>	<b>248 000</b>	<b>2 000</b>

Em 23 de Novembro de 2016 foi celebrado um contrato de promessa de compra e venda para a alienação do imóvel sito na Praça Humberto Delgado, no Porto (edifício de nove andares). O valor de venda estabelecido ascende a 20 000 000 euros tendo sido recebido em dezembro de 2016, de acordo com o estipulado no contrato, 500 000 euros a título de sinal e principio de pagamento. O referido valor encontra-se refletido no Passivo, na rubrica de Outras entidades.

A tabela abaixo sintetiza, por imóvel, os métodos utilizados na avaliação dos mesmos, bem como o ano da última avaliação realizada.

Imóvel	Valor 31/12/2016	Valor 31/12/2015	Ano	Avaliação
Agencia Camp.Ounque	230 200	230 200	2014	Modelo Comparativo
Pampilhosa Serra-B	53 390	53 390	2015	Modelo do Rendimento
Pampilhosa Serra-C	58 450	58 450	2015	Modelo do Rendimento
Edifício Mangualde	108 885	108 885	2015	Modelo do Rendimento
Edif. Esmoriz	161 905	161 905	2015	Modelo do Rendimento
Vale de Cambra	245 967	245 967	2015	Modelo do Rendimento
Cacia (Porto)	210 700	212 950	2016	Método Comparativo e Modelo do Rendimento (média)
Paredes Fracção A	230 600	272 700	2016	Modelo do Rendimento
Vila N. Gaia Frac. B	229 000	229 000	2015	Modelo Comparativo
Vale do Crevo -Lagoa	371 800	371 800	2014	Modelo Comparativo
Centro Totta B FrcB	471 600	471 600	2014	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcC	425 300	425 300	2014	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcD	603 400	603 400	2014	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcF	603 400	603 400	2014	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcG	425 300	425 300	2014	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcP	2 445 100	2 445 100	2014	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FrcQ	2 468 100	2 468 100	2014	Modelo do Rendimento
Paredes Fracção B	56 300	65 300	2016	Modelo do Rendimento
Centro Totta A FrcR	305 500	305 500	2014	Modelo do Rendimento
Centro Totta A FrcT	302 500	302 500	2014	Modelo do Rendimento
Centro Totta A FrcV	2 449 800	2 449 800	2014	Modelo do Rendimento
Edif. Olhão	124 507	122 038	2016	Modelo do Rendimento
Av.João Crisóstomo C	454 290	609 231	2016	Modelo Comparativo
Av.João Crisóstomo B	285 000	408 184	2016	Modelo Comparativo
Loja em Aveiro	202 500	234 200	2016	Modelo do Rendimento
B. Amarante Frac A	195 300	263 100	2016	Modelo do Rendimento
B. Amarante Frac B	164 500	193 800	2016	Modelo do Rendimento
Loja Pombal Frac B	188 775	200 000	2016	Modelo Comparativo
Loja 4 Portimão Fr D	62 228	64 484	2016	Modelo do Rendimento
Loja 5 Portimão Fr E	253 355	262 543	2016	Modelo do Rendimento
Castelo da Maia	355 000	411 100	2016	Modelo do Rendimento
Gafanha da Nazaré	117 000	117 000	2015	Modelo Comparativo
CTT-R.Alportel/R.Sol	4 325 184	4 469 614	2016	Modelo do Rendimento
CTT-Av.Casal Ribeiro	11 127 900	11 803 396	2016	Modelo do Rendimento
CTT-Pr. H. Delgado	17 850 000	17 048 800	2016	Método do Rendimento e Modelo do Custo (média)
Terreno Troia	862 600	862 600	2015	Modelo Discounted Cash Flows
Loja Dia Barreiro	299 200	299 200	2015	Modelo do Rendimento
Loja Sacavem	153 000	153 000	2016	Modelo Comparativo
Loja Dia Feijó	378 900	378 900	2015	Modelo do Rendimento
Loja Dia Cacém	481 500	481 500	2015	Modelo do Rendimento
Loja Dia Olival Bast	226 700	226 700	2015	Modelo do Rendimento
Loja Vialonga	127 100	127 100	2014	Modelo do Rendimento
Escritórios Funchal	908 300	908 300	2015	Modelo Comparativo
Loja Costa de Caparica	163 000	175 400	2016	Modelo Comparativo
<b>TOTAL</b>	<b>51 763 037</b>	<b>52 330 739</b>		

Os imóveis detidos pelo Fundo geraram Rendimentos sob forma de rendas no valor total de 4 098 053 euros (4 194 421 euros em 2015), tendo sido diferidas as rendas referentes ao mês de janeiro de 2017, no valor de 86 218 euros, recebidas pelo Fundo em dezembro de 2016 e que se encontram registadas na rúbrica Acréscimos e Diferimentos – Passivo (Vide Nota 11).

## **7 – Riscos associados à carteira de investimentos**

- Risco de Rendimento

- O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
- O Fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o Fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.

- Risco de Crédito

- Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.

- Risco de Taxa de Juro

- Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida nas taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.

- Risco Financeiro

- Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juros de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.

- Risco Liquidez

- Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.

- Risco Fiscal

- Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos do Fundo.

- Risco de conflitos de interesse

- O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

### **Objetivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco, Métodos de Mensuração de Risco**

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e de Performance, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes;

- Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.
- Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.
- Risco de Mercado - É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados no fundo vigiando para que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da *modified duration* do fundo.
- Risco Operacional – Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.
- Risco Regulamentar - São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.





**Análise de sensibilidade**

Com base na carteira a 31 de dezembro de 2016 fomos calcular o impacto, medido em pontos base (pb), no valor do Fundo das seguintes variações de mercado:

- Variações de 15% na taxa de câmbio EUR/USD;
- Variações de 30% no mercado acionista;
- Variações de 10% no mercado imobiliário;
- Variações de 100 pb nos spreads de crédito;
- Variações paralelas de 100 pb na curva de rendimentos.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Impacto no Fundo (pb)	Alteração da Taxa do Câmbio EUR/USD		Alteração Preço Ações		Alteração Preço Mercado Imobiliário		Alteração Spreads Crédito		Deslocação Paralela Taxas de Juro	
	15%	-15%	30%	-30%	10%	-10%	100 pb	(100) pb	100 pb	(100) pb
2016	N/A	N/A	489	(499)	240	(240)	(146)	146	(258)	N/A
2015	N/A	N/A	532	(532)	254	(254)	(139)	139	(254)	N/A

**8 – Estado e outros entes públicos (Ativo)**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Imposto retido implícito cotação de FIM's e FIL's	19 393 511	-
Imposto retido resgates Up's Fundo Carteira Alternativa	340 692	340 692
<b>TOTAL</b>	<b>19 734 203</b>	<b>340 692</b>

A partir do exercício de 2015, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta passou a registar no seu ativo o imposto retido implícito nas cotações dos Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliário, considerando que: (i) os Fundos de Pensões se encontram isentos de imposto ao abrigo do Artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e (ii) que na valorização da carteira de títulos é utilizado o valor de cotação líquido destes ativos.

O valor do imposto retido ascende a 31 de dezembro de 2016 a 19 393 511 euros (montante idêntico a 31 de dezembro de 2015) o qual, no final do exercício em análise, foi reclassificado da rubrica de Investimentos – Instrumentos de capital e unidades de participação para a rubrica de Outros ativos – Estado e outros entes públicos.

### 9 – Outras entidades (Ativo)

A rubrica Outras entidades, 2 381 499 euros, inclui essencialmente o montante de depósitos associados às contas margem dos contratos de futuros em carteira em 31 de dezembro de 2016, os quais ascendem a cerca de 2 345 445 euros (em 31 de dezembro de 2015 os saldos desta natureza ascendiam a cerca de 1 772 608 euros).

### 10 – Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Juros a receber			
Papel Comercial		32 740	69 144
Depósitos à Ordem		458	781
T.de div.Emis.Privados		1 978 118	2 438 764
T.Div.Est.-Outros E.Púb.		2 716 054	3 199 984
	Nota 5	4 727 370	5 708 672
Outros		5	343 872
<b>TOTAL</b>		<b>4 727 375</b>	<b>6 052 544</b>

### 11 – Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Rendas a receber	Nota 6	86 218	-
Imposto Municipal Imóveis		127 175	56 908
Outros		700 862	-
<b>TOTAL</b>		<b>914 254</b>	<b>56 908</b>

O valor de Imposto Municipal Imóveis respeita à especialização do gasto de 2016 deste imposto, a liquidar em 2017.

## 12 – Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos

Os quadros seguintes sintetizam, por categoria de investimento, os Rendimentos e Gastos e os Ganhos e Perdas reconhecidos durante o ano 2016.

Rendimentos líquidos dos investimentos	Ganhos		Rendimentos	31.12.2016	31.12.2015
	Mais Valia				
	Potencial	Realizada			
Acções	3 884 662	473 014	1 907 830	6 265 505	6 268 030
Imóveis	803 669	2 000	4 098 053	4 903 722	6 523 015
Títulos de dívida	4 307 512	1 779 360	11 800 509	17 887 381	17 602 275
Depósitos	-	-	20 581	20 581	68 526
Papel Comercial	-	-	113 923	113 923	196 188
Derivados	2 327 262	22 774 027	-	25 101 288	31 145 252
Unidades de participação	16 649 076	304 213	-	16 953 289	33 766 438
Outros	-	91 445	2 974 911	3 066 356	1 555 197
<b>TOTAL</b>	<b>27 972 180</b>	<b>25 424 058</b>	<b>20 915 807</b>	<b>74 312 045</b>	<b>97 124 921</b>

Gastos e Perdas	Perdas		Gastos	31.12.2016	31.12.2015
	Menos Valia				
	Potencial	Realizada			
Acções	910 407	2 793 580	-	3 703 987	5 065 753
Imóveis	1 371 371	-	391 302	1 762 672	4 054 227
Títulos de dívida	8 629 931	949 840	-	9 579 771	6 602 440
Derivados	395 862	23 292 431	-	23 688 293	30 780 182
Unidades de participação	2 039 999	9 077 771	-	11 117 770	8 036 811
Outros	-	1 857 841	-	1 857 841	35 234
<b>TOTAL</b>	<b>13 347 570</b>	<b>37 971 463</b>	<b>391 302</b>	<b>51 710 334</b>	<b>54 574 647</b>

## 13 – Contribuições

Durante o ano de 2016 foram efetuadas contribuições para o Fundo no valor de 40 057 861 euros, abaixo discriminadas. As contribuições efetuadas decorrem essencialmente do que se encontra definido nos termos do ACT aplicável ao setor bancário.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Contribuições Participantes	2 349 832	2 359 113
Contribuição Serviço Militar	1 029	3 535
Contribuição SAMS	2 050 000	1 800 000
Contribuição Extraordinária	35 657 000	143 000
<b>TOTAL</b>	<b>40 057 861</b>	<b>4 305 648</b>



**14 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos**

Foram pagos benefícios no valor de 41 026 955 euros durante o exercício, tal como discriminado na tabela abaixo:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Reformas	33 875 518	33 048 169
Subsídio de Morte	28 502	27 116
SAMS	7 122 935	7 019 685
<b>TOTAL</b>	<b>41 026 955</b>	<b>40 094 970</b>

**15 – Outras despesas**

As outras despesas, que totalizam cerca de 3 895 357 euros, apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Outras Comissões	330 412	205 911
Prémios de seguro	1 377 245	1 260 000
Comissão Gestão Dep. Adm.	1 854 859	1 851 606
Comissões de Mediação	150 554	105 393
Impostos	182 287	(24 549)
<b>TOTAL</b>	<b>3 895 357</b>	<b>3 398 361</b>

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, cabe a este o encargo da entrega das comissões definidas no respetivo Regulamento de Gestão do Fundo. Assim, o quadro seguinte sintetiza o total das comissões pagas durante o exercício de 2016, bem como o método de cálculo definido no respetivo regulamento.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015	Método de Cálculo
Comissão de Gestão	1 620 183	1 668 537	0.045% (anual) sobre o valor médio da carteira (média aritmética das valorizações da carteira do fundo referentes ao último dia de cada mês) no final de cada trimestre.
EMIR	409	731	
Comissão administrativa	-	22	
Taxa ASF	19 228	2 067	
Estudo Actuarial	192 000	164 000	
Custos de Auditoria	23 039	16 250	
<b>TOTAL</b>	<b>1 854 859</b>	<b>1 851 607</b>	-

**VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões do Banco Santander Totta**, gerido pela entidade gestora **Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA**, que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 934 441 297 euros, um valor do fundo de 932 464 553 euros e um resultado líquido de 18 260 642 euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões do Banco Santander Totta**, em 31 de dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
<b>Valorização da carteira de títulos</b>	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 86% do ativo, sendo a sua valorização efetuada nos termos da lei, das normas regulamentares, particularmente da norma regulamentar da ASF nº 9/2007, e do contrato de gestão.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria tem por base a sua materialidade e relevância para as operações e resultados do exercício e para o património.</p> <p>As divulgações relacionadas com a composição e valorização dos títulos em carteira estão incluídas no relatório de gestão e nas notas 3 e 5 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A resposta do auditor envolve essencialmente a execução de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Testes conformidade do processo de importação e registo das cotações dos títulos em carteira, e;</li> <li>- Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, em conformidade com a lei, as normas regulamentares da ASF e o contrato de gestão, e de cálculo das mais e menos-valias potenciais, com base: (i) nas cotações oficiais, no caso de títulos cotados; e (ii) na validação da metodologia e informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados e na sua análise.</li> </ul>
<b>Valorização dos ativos imobiliários</b>	
<p>Os ativos imobiliários correspondem a cerca de 6% do ativo, sendo a sua valorização ao justo valor determinada por avaliações efetuadas por peritos externos, nos termos do capítulo IX da norma regulamentar da ASF nº 7/2007 e do artigo 21º da norma regulamentar da ASF nº 9/2007.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria tem por base a materialidade daqueles ativos no património e nos resultados do exercício, o risco associado à utilização de pressupostos para a sua avaliação e a liquidez do mercado.</p> <p>As divulgações relacionadas com a composição dos ativos imobiliários e a sua valorização estão incluídas nas notas 3 e 6 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A resposta do auditor envolve essencialmente a execução de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Testes de conformidade aos procedimentos de controlo dos ativos imobiliários e testes substantivos de auditoria, nomeadamente: (i) verificação do cumprimento das normas regulamentares da ASF nº7/2007 e nº 9/2007, (ii) análise dos relatórios de avaliação e pressupostos utilizados e confirmação dos valores de avaliação atribuídos pelos peritos avaliadores; (iii) verificação do cumprimento das disposições legais sobre a periodicidade das avaliações; (iv) confirmação da titularidade dos imóveis; e (v) verificação e análise dos rendimentos obtidos.</li> </ul>



## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da entidade gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da entidade gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do fundo.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- (ii) obtemos uma compreensão do controle interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno da entidade gestora do fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da entidade gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

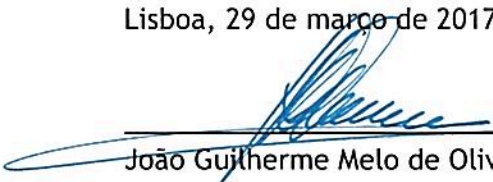
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do fundo pela primeira vez pela entidade gestora para o mandato compreendido entre 2016 e 2018;
- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da entidade gestora do fundo em 28 de março de 2017;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao fundo e respetiva entidade gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que não prestámos ao fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 29 de março de 2017



---

João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de  
BDO & Associados - SROC

(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)